



MENSAGEM LEGISLATIVA Nº 042, DE 24 DE MAIO DE 2023.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

M. D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

**EXMOS. SRS. VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO
PARECIS**

Dirijo-me a Vossas Excelências, respeitosamente, na figura de Chefe do Poder do Executivo e pelos poderes me conferidos pela Lei Orgânica do Município, para encaminhar o Projeto de Lei nº 038/2023, visando a alteração da Lei Municipal nº 2.357, de 08 de setembro de 2022, que dispõe sobre a Lei de Gestão Democrática da Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Novo do Parecis.

As primeiras alterações dizem respeito a modificações em relação ao processo de certificação para a nomeação dos Gestores das Unidades Escolares, de forma a buscar um melhor resultado, visando a eficiência na gestão da máquina pública, com melhor ajuste em relação às etapas do processo de certificação, bem como a nomeação e destituição do cargo, vacância e substituição, com o intuito de sempre oferecer o melhor atendimento ao interesse público.

Já as segundas alterações buscam o ajuste do Título VI da referida Lei, o qual dispõe sobre as gratificações pelo exercício das funções, percentuais de aplicação e ajuste da carga horária dos profissionais. Tal demanda é necessária, pois os novos profissionais da educação em maioria cumprem carga horária de 30 horas semanais, e quando investidos em cargos de gestão é necessária a dedicação exclusiva em tempo integral à comunidade escolar e as necessidades das Unidades Escolares, motivo pelo qual buscamos a regularização desta situação. Ao mesmo tempo busca-se um melhor ajuste financeiro, conforme o porte das Unidades Escolares, considerando que uma escola de grande porte demandaria esforços maiores do que as Unidades de pequeno porte,

Câmara Municipal Campo Novo do Parecis

Data: 26/05/2023 Hora: 08:58
Espécie: \$IDENTIFICACAO\$
Autoria: PODER EXECUTIVO

is | MT

.mt.gov.br

Assunto: Projeto de Lei nº 038/2023, 09 de maio de 2023.
Assunto: Altera o processo de nomeação e gratificação de
função prevista na Lei 2.357/2022 que reestrutura a Lei de

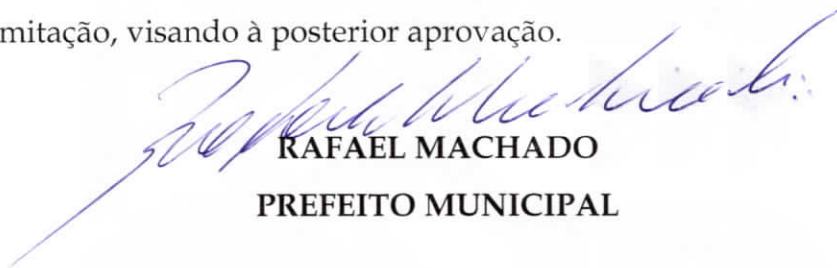
Handwritten signature: Kariza Neto dos Santos
Kariza Neto dos Santos
Chefe de Divisão
de documentos e Informação
Portaria nº 772.287/2023
96/05/2023



mantendo dessa forma uma remuneração justa com o desempenho e a dedicação necessária a consecução dos objetivos propostos. Ao mesmo tempo apresentamos percentuais mais vantajosos aos ocupantes das funções, considerando o dispêndio de tempo e esforços necessários para a condução de uma Unidade Escolar.

Tais modificações buscam a melhora da gestão escolar de nosso município, o qual gerará frutos ao processo de ensino aprendizagem de nossas crianças e o fortalecimento da rede municipal de ensino.

Demonstrada a relevância do presente Projeto de Lei, e sendo o que tínhamos a expor, prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares a manifestação do meu singular apreço, submetendo referido projeto em regime simples de tramitação, visando à posterior aprovação.



RAFAEL MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL



PROJETO DE LEI Nº 038/2023, 09 DE MAIO DE 2023.

**ALTERA O PROCESSO DE NOMEAÇÃO E
GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PREVISTA NA LEI
2.357/2022 QUE REESTRUTURA A LEI DE GESTÃO
DEMOCRÁTICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE
ENSINO DE CAMPO NOVO DO PARECIS.**

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o Art. 17 e acrescenta o paragrafo único da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. O processo de Seleção para provimento da função de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino se dará através de Processo de certificação, a Secretaria Municipal de Educação contratará uma equipe ou instituição de competência e idoneidade comprovada para a realização do processo de certificação, observados as disposições contidas nesta Lei.

Parágrafo Único – O referido processo de certificação será regulamentado por Edital, seguindo as disposições contidas nesta lei.

Art. 2º. Altera os incisos I, II e III do Art. 18 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, os quais passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 18. (...)



- I – Primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a qual constará de Prova Escrita, de questões de conhecimentos específicos;*
- II – Segunda etapa, de caráter classificatório, a qual compreenderá a análise de títulos.*
- III – Terceira etapa, de caráter classificatório, sendo um Curso de Certificação em Gestão Escolar – Carga Horária de: 120h;*

Art. 3º. Altera o Art. 24 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com as seguintes redações:

Art. 24. No ato de nomeação e posse, a Equipe gestora assinará um Termo de Compromisso, no qual afirma estarem cientes dos deveres da função estabelecida por esta Lei, pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações pertinentes.

Art. 4º. Altera o §2º do Art. 25 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com as seguintes redações:

Art. 25

(...)

§ 2º. A destituição dos servidores ocupantes dos cargos de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar, Assessor Pedagógico Escolar e Secretário Escolar será de responsabilidade do gestor titular da Secretaria Municipal de Educação, mediante o comprometimento de um ou mais dos elementos citados no parágrafo anterior.

Art. 5º. Altera os Art. 26, seu paragrafo único e Art. 27 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, os quais passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 26. A vacância da função de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar, Assessor Pedagógico Escolar e Secretário Escolar ocorrerão por renúncia, destituição, aposentadoria, falecimento ou afastamento por período superior a 01 (um) mês, com exceção de Licença Maternidade.

Requente

7



Parágrafo Único. Em caso de licença maternidade, a função será assumida interinamente por outro membro da equipe gestora, designada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 27. O gestor que esteja exercendo a Direção da Unidade Escolar no momento da transição do cargo deverá apresentar ao novo Diretor Escolar e ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, em reunião marcada para este fim e devidamente registrada em ata, a prestação de contas de sua gestão, o balanço do acervo documental e do inventário do material, do equipamento e do patrimônio existente na unidade escolar.

Art. 6º. Altera o §4º do artigo 28 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28

(...)

§ 4º. Sendo o profissional Agente Educacional Infantil, o mesmo deverá possuir titulação de Licenciatura Plena em Pedagogia e Especialização na área de Orientação Educacional, Psicopedagogia ou Educação Infantil.

Art. 7º. Altera o caput do artigo 36 e revoga os §§1º e 2º, da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36. As funções de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar, Assessor Pedagógico Escolar e Secretário Escolar serão de dedicação exclusiva, sendo vedado o exercício de outra função ou cargo em órgão ou entidade, público ou privada.

§1º REVOGADO

§2º REVOGADO

Art. 8º. Altera o art. 37 e revoga seu paragrafo único, da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Jackeal

7



Art. 37. Os servidores nomeados para as funções de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar, Assessor Pedagógico Escolar e Secretário Escolar ocupantes de cargos efetivos de 30h (trinta horas) semanais, terão sua carga horária e remuneração ajustadas para 40h (quarenta horas) semanais durante o período que ocuparem as funções supracitadas.

Art. 9º. Altera o art. 38 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. O Servidor nomeado para a função de Diretor Escolar receberá, a título de gratificação de função, um percentual sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Professor 40 Horas, de acordo com a classificação de porte da Unidade Escolar em que exerce suas atribuições, na seguinte escala:

I - Pequeno Porte - de 100 até 400 alunos matriculados - 50%;

II - Médio Porte - de 401 até 800 alunos matriculados - 60%;

III - Grande Porte - acima de 801 alunos matriculados - 70%.

§1º O porte da Unidade Escolar será estabelecido, mediante instrumento publicado, pela Secretaria Municipal de Educação, com referência no Censo Escolar do ano anterior.

§2º Caso o Servidor nomeado para a função citada no caput deste artigo, seja ocupante do cargo efetivo de Agente Educacional Infantil, o mesmo receberá o percentual sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Agente Educacional Infantil, de acordo com a classificação de porte da Unidade Escolar em que exercer suas atribuições.

§3º Somente haverá 01 (um) Diretor Escolar por Unidade, independente da classificação de porte acima descrita.

§4º Para fazer jus à nomeação do Diretor Escolar, a Unidade deverá atender no mínimo a classificação estabelecida no inciso I deste artigo.

Art. 10º. Altera o art. 39 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Redação:



Art. 39. O servidor nomeado para a função de Coordenador Pedagógico Escolar receberá, a título de gratificação de função, o percentual de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Professor 40 Horas.

§1º Caso o candidato nomeado para a função citada no caput deste artigo, seja ocupante do cargo efetivo de Agente Educacional Infantil, o mesmo receberá, o percentual sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Agente Educacional Infantil.

Art. 11. Altera o art. 40 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. O servidor nomeado para a função de Assessor Pedagógico Escolar receberá, a título de gratificação de função, o percentual de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Professor 40 Horas.

§1º Caso o candidato nomeado para a função citada no caput deste artigo, seja ocupante do cargo efetivo de Agente Educacional Infantil, o mesmo receberá o percentual sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Agente Educacional Infantil.

Art. 12. Cria os artigos 41, 42 e 43 à Lei Municipal nº. 2.357/2022, os quais vigorarão com a seguinte redação:

Art. 41. O Servidor nomeado para a função de Secretário Escolar receberá, a título de gratificação de função, o percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de seu respectivo cargo efetivo.

Art. 42. O quantitativo de cargos para as funções de Coordenador Pedagógico Escolar, Assessor Pedagógico Escolar e Secretário Escolar será estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação de acordo com o número de alunos por Unidade Escolar, com referência no Censo Escolar do ano anterior, de acordo com as tabelas dos Anexos I desta lei.



Art. 43. O Poder Executivo estabelecerá normas complementares, visando garantir os princípios da gestão pedagógica, administrativa e financeira.

Art. 13. Altera a numeração do artigo 40 do TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a numeração:

TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 44. A nomeação da equipe gestora das unidades escolares, e a gratificação pela função permanecerá com as regras da Lei Municipal 1.146/2006, e dos Decretos Municipais nº 119/2016, 120/2016, 174/2018 e 207/2018 até finalização das 3 (três) etapas do processo de certificação previsto no Título V da Lei Municipal 2.357, de 08 de setembro de 2022.

Art. 14. Altera o Anexo I e revoga o Anexo II da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar conforme o Anexo I da presente Lei:

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis - MT, 09 de maio de 2023.


RAFAEL MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpre-se.


MÁRCIO ANTÃO CANTERLE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO I

Nº DE ALUNOS	Coordenador Pedagógico escolar	Assessor Pedagógico Escolar	Secretário Escolar
ATÉ 100 ALUNOS	0	0	1
DE 101 A 300 ALUNOS	1	1	1
DE 301 A 600 ALUNOS	1	2	1
601 A 900 ALUNOS	2	3	1
ACIMA DE 900 ALUNOS	3	3	1

Assinado:



COORDENADORIA CONTÁBIL E FINANCEIRA

Memorando Nº: 26/2023/CONTABILIDADE

Data: 22/05/2023

Para: Secretaria Municipal de Educação

Assunto: Impacto Orçamentário e Financeiro Nº. 15/2023 – Análise

Vimos através deste encaminhara Vossa Senhoria, 02 (duas) vias do Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 15/2023, solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, para análise e parecer do Prefeito e Secretários Municipais.

Ressaltamos que o Prefeito Municipal e os Secretários Municipais, após análise do Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 15/2023, emita parecer sobre o DEFERIMENTO ou INDEFERIMENTO, no campo "Parecer do Ordenador da Despesa", localizado na última página do referido impacto, sendo que caso opte pelo DEFERIMENTO, assine a Declaração do Ordenador da Despesa e prossiga com o tramite do processo, e caso opte pelo INDEFERIMENTO, devolva ao Departamento de Contabilidade com o parecer indeferido.

Desde já agradecemos pela atenção e contamos com vossa colaboração.

Atenciosamente,

JHONATA BONIFÁCIO BARBOSA
Técnico em Contabilidade



**CAMPO NOVO
DO PARECIS**
PREFEITURA

Av. Mato Grosso, 66-NE
Centro, CEP 78.360-000
Fone (65) 3382-5100
CNPJ 24.772.287/0001-36

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO PARECIS
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
ART. 16 DA LEI 101/2000

EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
x Criação	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Nº 015/2023 REFERENTE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.357/2023 QUE DISPÕE SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICAS DA EDUCAÇÃO.
Expansão	
Aperfeiçoamento	
VIGENCIA	INÍCIO: 01/05/2023 VIGÊNCIA: 31/12/2025

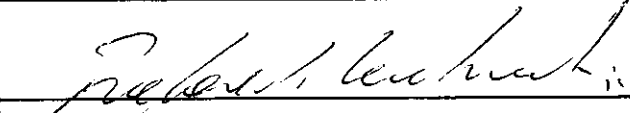

ESTIMATIVA DAS DESPESAS			
NATUREZA	2023	2024	2025
1. VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS e PESSOAL CIVIL	R\$ 68.233,32	R\$ 112.584,97	R\$ 121.332,82
TOTAL	R\$ 81.027,06	R\$ 133.694,65	R\$ 144.082,73

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NO EXERCÍCIO DE VIGÊNCIA E NOS DOIS SEGUINTES		
ANOS	MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO	VALOR
2023	Aumento da RCL e Margem de Expansão	R\$ 81.027,06
2024	Aumento da RCL e Margem de Expansão	R\$ 133.694,65
2025	Aumento da RCL e Margem de Expansão	R\$ 144.082,73

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes do evento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, que suficientes às necessidades de empenho para o exercício 2023 e para os dois exercícios seguintes, havendo adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o Plano Plurianual, com a ação governamental e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como está em consonância com os Art. 19 e 20 da LRF. O impacto será coberto pelo aumento permanente da receita, conforme Demonstrativo 8, do Anexo de Metas Fiscais da LDO 2023.

Campo Novo do Parecis/MT, 19 de maio de 2023

	
RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal	SILVANA NUNES VIANA PAIVA Secretária Municipal de Educação



**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Nº 015/2023 REFERENTE A
ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.357/2023 QUE DISPÕE SOBRE A
GESTÃO DEMOCRÁTICAS DA EDUCAÇÃO.**

O presente relatório tem por finalidade evidenciar o impacto orçamentário e financeiro decorrente da alteração da concessão de função gratificada aos diretores escolares decorrente.

Para fins de cumprimento do Art. 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstramos o cálculo do impacto orçamentário e financeiro para o ano de 2023, bem como, para os dois exercícios seguintes.

A propósito da matéria solicitada, assim dispõe a legislação:

1) Constituição Federal 1988

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

2) Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que "Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 015/2023 – Pág. 1/9



.....
§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizado.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

3) Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal Nº. 2.369/2022 - LDO 2023

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2023 foi sancionada através da Lei Nº. 2.369/2022, no qual, em seu art. 37, faz a seguinte autorização:

“LEI Nº 2.369, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022

Art. 37. Os Poderes Executivo e Legislativo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e ainda ao seguinte:

(...)

§ 2º No exercício financeiro de 2023, os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar ou extinguir cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreiras e admitir pessoal, na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000.”

4) Verificação dos Limites da Despesa de Pessoal

A verificação dos limites das Despesas com Pessoal deve se basear no último Relatório da Gestão Fiscal, no caso, referente ao 1º. Semestre de 2022, cujo limite máximo para a Prefeitura Municipal é de **54%** da Receita Corrente Líquida.

Isto porque, caso houver atingido **95%** do limite máximo de **54%**, ou seja, **51,3%**, estará vedado o aumento da despesa de pessoal, mesmo que já tenham sido autorizados por atos anteriores ao período eleitoral. Confira com o disposto do abaixo citado Art. 22, da LRF:

“Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Proceder

G. 50



Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6 do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias."

De acordo com o último Relatório da Gestão Fiscal, o Demonstrativo da Despesa de Pessoal evidenciava de Janeiro/2022 a Dezembro/2022, o seguinte cumprimento:

LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL		Inscrita Restos a Pagar Não Processados (b)
	TOTAL (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	171.733.467,78	3.142.288,80
Pessoal Ativo	129.096.829,93	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	111.339.633,10	
Obrigações Patronais	17.757.196,83	
Benefícios Previdenciários	-	
Pessoal Inativo e Pensionista	16.708.130,41	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	14.999.610,88	
Pensões	1.708.519,53	
Outros Benefícios Previdenciários	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) (II)	25.928.507,44	3.142.288,80
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	21.194.514,99	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.097.732,37	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	388.652,21	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.708.130,41	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	150.538.952,79	3.142.288,80
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	306.134.358,64	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	1.024.158,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	305.110.200,64	99,67%
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + II b)	153.681.241,59	50,37%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	164.759.508,35	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	156.521.532,93	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	148.283.557,51	48,60%

Nota-se que a Despesa de Pessoal nos últimos 12 meses comprometeu 50,37% da Receita Corrente Líquida.

A Lei nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no seu art. 22, aplica vedações caso o limite chegue a 51,3%.

Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 015/2023 – Pág. 3/9



5) Impacto-Orçamentário e Financeiro das Revisões

O cálculo do impacto orçamentário e financeiro para alteração da Lei de Gestão Democrática da Rede Pública Municipal foi baseado nas informações constantes no Memorando nº 338/2023/SME, onde se utilizou as alterações nos artigos da Lei nº 2.357/2022 relacionados à concessão de gratificação de função.

Em cumprimento ao disposto no Art. 16, da LRF foi elaborado o impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor, levando-se em conta as seguintes premissas de cálculo:

a) Receita Corrente Líquida - RCL: Foi utilizada para o exercício de 2023 a RCL prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício de 2023, no valor de R\$ 308.800.215,00. Já para os exercícios de 2024 e 2025, utilizamos a reestimativa de receita apurada pela Assessoria de Planejamento e informada através do Memorando Nº. 009/2022 do dia 19/12/2022, no qual, foi apurado um valor de R\$ 341.872.718,03 e R\$ 378.487.286,13, respectivamente;

b) Para Despesa com Pessoal: Foi projetada a despesa com pessoal para 2023 utilizando-se as informações contidas na folha de pagamento referente a fevereiro/2023, no valor de R\$ 135.425.594,55, incluindo-se a revisão de salários dos profissionais da educação no ano de 2023. Para a despesa de pessoal com contratos de terceirização mantivemos no mesmo patamar do ano de 2022, no valor de R\$ 25.928.507,44.

c) Reflexos sobre Remuneração: Foi considerado nos cálculos os reflexos fixos e variáveis, como horas-extras, funções gratificadas, dentre outras;

d) Impactos Anteriores: Foi considerado no cálculo o resultado acumulado de impactos orçamentários e financeiros, realizados e aplicados nos mesmos exercícios objeto desse impacto, que não foram considerados/efetivados no exercício financeiro de 2022. Houve uma reestimativa para o ano de 2023;

e) para os exercícios de 2023, 2024 e 2025: foi considerado impacto para o período anual com os dados 2022, bem como estimativa de Revisão Salarial prevista na Lei nº 853, de 28 de dezembro de 2001. Para 2023 foi utilizado o índice de 5,57%, apurado pela Coordenadoria Contábil e Financeira através do Memorando Nº. 117/2022/CONTABILIDADE do dia 14/12/2022. Para o exercício de 2024 e 2025, projetamos 10% e 7,77%, respectivamente;

Assinado:

650



f) Cancelamento de Impactos Orçamentários e Financeiro: O memorando Nº. 222/2022 do dia 19/12/2022, proveniente da Secretaria Municipal de Administração, cancelou os seguintes impactos orçamentários e financeiros realizados e não efetivados:

Impactos Orçamentários e Financeiros Cancelados			
Impacto	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
Impacto Nº. 025/2022 - Vagas Saúde	89.237,68	96.171,45	103.643,97
Impacto Nº. 026/2022 - Vagas Assistência Social	372.630,82	423.681,24	456.601,27
Impacto Nº. 027/2022 - Vagas Saúde	1.389.055,89	1.575.166,73	1.699.793,29
Impacto Nº. 028/2022 - Vagas Esportes	622.562,05	670.935,12	723.066,78
Impacto Nº. 029/2022 - Cultura - Instrutor	374.825,84	426.176,98	459.290,94
Total	2.848.312,28	3.192.131,52	3.442.396,25

Os valores desses impactos foram utilizados para subsidiar/atualizar as revisões proposta no presente impacto.

Assim procedendo, foram obtidos os seguintes resultados:

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA				
ESPECIFICAÇÃO	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	
Remuneração	R\$ 61.409,98	R\$ 101.326,47	R\$ 109.199,54	
13º Salário + 1/3 de férias	R\$ 6.823,33	R\$ 11.258,50	R\$ 12.133,28	
Previdência	R\$ 12.793,75	R\$ 21.109,68	R\$ 22.749,90	
Impacto Anual	R\$ 81.027,06	R\$ 133.694,65	R\$ 144.082,73	

6) Limites da Despesa de Pessoal para os exercícios de 2023, 2024 e 2025

Para Melhor entendimento, iremos segregar a Despesa a projeção de Despesa com Pessoal em grupos, conforme descrição abaixo:

1. Projeção da Despesa com Pessoal sem impacto.

Com base na projeção da Despesa com Pessoal e a receita prevista no exercício de 2023, temos a estimativa de índice de **53,37%**, sem inserção do impacto em análise, conforme demonstrado abaixo:

Projeção

650



ESPECIFICAÇÃO	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
RECEITAS CORRENTES	308.800.215,00	341.872.718,03	378.487.286,13
(-) CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES – FUNSEM			
(-) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA RPPS			
(-) OUTRAS DEDUÇÕES			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	308.800.215,00	341.872.718,03	378.487.286,13
DESPESA LIQUIDA DE PESSOAL	136.865.321,45	148.059.077,91	159.563.268,27
IMPACTO ANTERIORES	4.863.133,61	5.633.597,67	5.928.927,74
(-) Impactos Orçamentários e Financeiros Cancelados	-2.848.312,28	-3.192.131,52	-3.442.396,25
Despesa Pessoal decorrente de Contrato	25.928.507,44	28.521.358,18	30.737.467,71
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL	164.808.650,21	179.021.902,25	192.787.267,47
COMPROMETIMENTO DA RCL %	53,37%	52,37%	50,94%

Notas:

1) Crescimento Anual da Receita

Prevista LDO 2023

Prevista LDO 2023

2) Crescimento Anual da Despesa de Pessoal

10,00%

7,77%

Ter-se-á para os anos seguintes **52,37%** em 2024 e de **50,94%** em 2025. Observa-se que será atingido o limite Prudencial de **51,30%** da RCL no exercício de 2023 e 2024.

2. Despesa com Pessoal com impacto

O comprometimento da Receita Corrente com a Despesa de Pessoal, com a inserção do impacto em análise, para o exercício de 2023, bem como, para os dois subsequentes, conforme quadro abaixo:

	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
RECEITAS CORRENTES	308.800.215,00	341.872.718,03	378.487.286,13
(-) CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES – FUNSEM	0,00	0,00	0,00
(-) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA RPPS	0,00	0,00	0,00
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	308.800.215,00	341.872.718,03	378.487.286,13
DESPESA LIQUIDA DE PESSOAL	136.865.321,45	148.059.077,91	159.563.268,27
IMPACTO ANTERIORES	4.863.133,61	5.633.597,67	5.928.927,74
Despesa Pessoal Líquida - Contrato de Gestão	25.928.507,44	28.521.358,18	30.737.467,71
(-) Impactos Orçamentários e Financeiros Cancelados	2.848.312,28	3.192.131,52	3.442.396,25
IMPACTO OBJETO DE ESTUDO	81.027,06	133.694,65	144.082,73
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL	164.889.677,28	179.155.596,90	192.931.350,19
COMPROMETIMENTO DA RCL %	53,40%	52,40%	50,97%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 64%	166.752.116,10	184.611.267,73	204.383.134,51
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) 51,30%	158.414.510,30	175.380.704,35	194.163.977,78
LIMITE DE ALERTA (X) = 48,60%	150.076.904,49	166.150.140,96	183.944.821,06

Notas:

1) Crescimento Anual da Receita

Memorando Nº 008/2022 - Assessoria de Planejamento

2) Crescimento Anual da Despesa de Pessoal

10,00%

7,77%

Impacto Orçamentário e Financeiro Nº 015/2023 – Pág. 6/9



Assim, constata-se que o ano de 2023 deverá ser encerrado com um comprometimento de **53,40%** da RCL com Despesa Líquida de Pessoal, acrescentando-se o impacto orçamentário-financeiro. Ter-se-á para os anos seguintes **52,40%** em 2024 e de **50,97%** em 2025. Observa-se que será atingido o limite prudencial de **51,30%** da RCL nos exercícios de 2023 e 2024.

Esclarecemos que a Despesa Líquida de Pessoal, no conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal, corresponde a Despesa Total de Pessoal, menos as despesas com **Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária** e também, o pagamento de **Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados** efetuados pelo FUNSEM.

Em resumo, a Despesa Líquida de Pessoal, corresponde a despesa efetiva do Poder Executivo Municipal, comparado com a Receita Corrente Líquida. Esta é a metodologia consagrada no Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

7) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

O aumento da Despesa de Pessoal deverá ser coberto pela margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, conforme evidenciado no Anexo IV da **Lei Nº. 2.369/2022 (LDO 2023)** e atualizado com base no último impacto orçamentário e financeiro. Segue abaixo, Margem de Expansão Atualizada:

2.8 AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2023	
Aumento Permanente da Receita		12.160.100
(-) Transferências Constitucionais		0
(-) Transferências ao FUNDEB		1.694.600
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		10.465.500
Redução Permanente de Despesa (II)		-
Margem Bruta (III) = (I+II)		10.465.500
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		2.014.821
Novas DOCC		
Impactos Aprovados		2.014.821
Novas DOCC geradas por PPP		0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		8.450.680
FONTE: Estimativa da LDO 2023		



Diante do exposto, a Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado atualizada do exercício de 2023 é de R\$ 8.450.680,00 (oito milhões quatrocentos e cinquenta mil seiscentos e oitenta reais), sendo suficiente para o aumento de despesa com pessoal (R\$ 81.027,06) ocasionado pelo impacto e poderá afetar as metas de Resultado Primário e de Resultado Nominal da LDO 2023, bem como necessitará de medidas de compensação.

Recomenda-se análise da equipe de planejamento, quanto às adequações e previsões, a fim de verificar a capacidade do município em manter sua despesa de caráter continuado, nos termos do §2º do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Recomendamos ainda, a verificação orçamentária para cumprimento das obrigações objeto desse impacto e caso seja possível, a emissão da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do inciso II do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, bem como demonstrar a origem dos recursos para seu custeio, nos termos do §2º do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

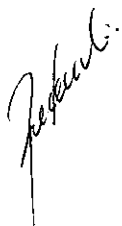
Ressaltamos que o presente Impacto Orçamentário e financeiro não leva em consideração aspectos legais da alteração da Lei nº 2.357/2022, limitando-se apenas a critérios orçamentários e financeiros.

Campo Novo do Parecis-MT, 19 de maio de 2023.


JHONATA BONIFACIO BARBOSA
CONTADOR

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO


GEZI DUARTE BORGES JUNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS





**CAMPO NOVO
DO PARECIS**
PREFEITURA

Av. Mato Grosso, 66-NE
Centro, CEP 78.360-000
Fone (65) 3382-5100
CNPJ 24.772.287/0001-36

Deferido *Rafael Machado*

POR SER VERDADE, ASSINO E DEFIRO O PRESENTE DOCUMENTO

RAFAEL MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

Deferido *S20*

POR SER VERDADE, ASSINO E DEFIRO O PRESENTE DOCUMENTO

SILVANA NUNES VIANA PAIVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MENSAGEM LEGISLATIVA Nº XXXX, DE 09 DE MAIO DE 2023.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS

M. D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

**EXMOS. SRS. VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO
PARECIS**

Dirijo-me a Vossas Excelências, respeitosamente, na figura de Chefe do Poder do Executivo e pelos poderes me conferidos pela Lei Orgânica do Município, para encaminhar o Projeto de Lei nº XXXXX/2023, visando a alteração da Lei Municipal nº 2.357, de 08 de setembro de 2022, que dispõe sobre a Lei de Gestão Democrática da Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Novo Do Parecis.

As primeiras alterações dizem respeito a modificações em relação ao processo de certificação para a nomeação dos Gestores das Unidades Escolares, de forma a buscar um melhor resultado, visando a eficiência na gestão da máquina pública, com melhor ajuste em relação às etapas do processo de certificação, bem como a nomeação e destituição do cargo, vacância e substituição, com o intuito de sempre oferecer o melhor atendimento ao interesse público.

Já as segundas alterações buscam o ajuste do Título VI da referida Lei, o qual dispõe sobre as gratificações pelo exercício das funções, percentuais de aplicação e ajuste da carga horária dos profissionais. Tal demanda é necessária pois os novos profissionais da educação em maioria cumprem carga horária de 30 horas semanais, e quando investidos em cargos de gestão é necessária a dedicação exclusiva em tempo integral à comunidade escolar e as necessidades das Unidades Escolares, motivo pelo qual buscamos a regularização desta situação. Ao mesmo tempo busca-se um melhor ajuste financeiro, conforme o porte das Unidades Escolares, considerando que uma escola de grande porte demandaria esforços maiores do que as Unidades de pequeno porte,

mantendo dessa forma uma remuneração justa com o desempenho e a dedicação necessária a consecução dos objetivos propostos. Ao mesmo tempo apresentamos percentuais mais vantajosos aos ocupantes das funções, considerando o dispêndio de tempo e esforços necessários para a condução de uma Unidade Escolar.

Tais modificações buscam a melhora da gestão escolar de nosso município, o qual gerará frutos ao processo de ensino aprendizagem de nossas crianças e o fortalecimento da rede municipal de ensino.

Demonstrada a relevância do presente Projeto de Lei, e sendo o que tínhamos a expor, prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares a manifestação do meu singular apreço, submetendo referido projeto em regime simples de tramitação, visando à posterior aprovação.

RAFAEL MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº XXXXX/2023, 09 DE MAIO DE 2023.

ALTERA O PROCESSO DE NOMEAÇÃO E GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PREVISTA NA LEI 2.357/2022 QUE REESTRUTURA A LEI DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o Art. 17 e acrescenta o parágrafo único da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. O processo de Seleção para provimento da função de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino se dará através de Processo de certificação, a Secretaria Municipal de Educação contratará uma equipe ou instituição de competência e idoneidade comprovada para a realização do processo de certificação, observados as disposições contidas nesta Lei.

Parágrafo Único – O referido processo de certificação será regulamentado por Edital, seguindo as disposições contidas nesta lei.

Art. 2º. Altera os incisos I, II e III do Art. 18 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, os quais passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 18. (...)

I – Primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a qual constará de Prova Escrita, de questões de conhecimentos específicos;

II – Segunda etapa, de caráter classificatório, a qual compreenderá a análise de títulos.

III – Terceira etapa, de caráter classificatório, sendo um Curso de Certificação em Gestão Escolar – Carga Horária de: 120h;

Art. 3º. Altera o Art. 24 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com as seguintes redações:

Art. 24. No ato de nomeação e posse, a Equipe gestora assinará um Termo de Compromisso, no qual afirma estarem cientes dos deveres da função estabelecida por esta Lei, pela Secretaria Municipal de Educação e demais legislações pertinentes.

Art. 4º. Altera o §2º do Art. 25 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com as seguintes redações:

Art. 25

(...)

§ 2º. A destituição dos servidores ocupantes dos cargos de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar, Assessor Pedagógico Escolar e Secretário Escolar será de responsabilidade do gestor titular da Secretaria Municipal de Educação, mediante o comprometimento de um ou mais dos elementos citados no parágrafo anterior.

Art. 5º. Altera os Art. 26, seu parágrafo único e Art. 27 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, os quais passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 26. A vacância da função de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar, Assessor Pedagógico Escolar e Secretário Escolar ocorrerão por renúncia, destituição, aposentadoria, falecimento ou afastamento por período superior a 01 (um) mês, com exceção de Licença Maternidade.

Parágrafo Único. Em caso de licença maternidade, a função será assumida interinamente por outro membro da equipe gestora, designada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 27. O gestor que esteja exercendo a Direção da Unidade Escolar no momento da transição do cargo deverá apresentar ao novo Diretor Escolar e ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, em reunião marcada para este fim e devidamente registrada em ata, a prestação de contas de sua gestão, o balanço do acervo documental e do inventário do material, do equipamento e do patrimônio existente na unidade escolar.

Art. 6º. Altera o §4º do artigo 28 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28

(...)

§ 4º. Sendo o profissional Agente Educacional Infantil, o mesmo deverá possuir titulação de Licenciatura Plena em Pedagogia e Especialização na área de Orientação Educacional, Psicopedagogia ou Educação Infantil.

Art. 7º. Altera o caput do artigo 36e revoga os §§1º e 2º, da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36. As funções de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar, Assessor Pedagógico Escolar e Secretário Escolar serão de dedicação exclusiva, sendo vedado o exercício de outra função ou cargo em órgão ou entidade, público ou privada.

§1º REVOGADO

§2º REVOGADO

Art. 8º. Altera o art. 37e revoga seu paragrafo único, da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. Os servidores nomeados para as funções de Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico Escolar, Assessor Pedagógico Escolar e Secretário Escolar ocupantes de cargos efetivos de 30h (trinta horas) semanais, terão sua carga horária e remuneração ajustadas para 40h (quarenta horas) semanais durante o período que ocuparem as funções supracitadas.

Art. 9º. Altera o art. 38 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. O Servidor nomeado para a função de Diretor Escolar receberá, a título de gratificação de função, um percentual sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Professor 40 Horas, de acordo com a classificação de porte da Unidade Escolar em que exerce suas atribuições, na seguinte escala:

I - Pequeno Porte - de 100 até 400 alunos matriculados - 50%;

II - Médio Porte - de 401 até 800 alunos matriculados - 60%;

III - Grande Porte - acima de 801 alunos matriculados - 70%.

§1º O porte da Unidade Escolar será estabelecido, mediante instrumento publicado, pela Secretaria Municipal de Educação, com referência no Censo Escolar do ano anterior.

§2º Caso o Servidor nomeado para a função citada no caput deste artigo, seja ocupante do cargo efetivo de Agente Educacional Infantil, o mesmo receberá o percentual sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Agente Educacional Infantil, de acordo com a classificação de porte da Unidade Escolar em que exercer suas atribuições.

§3º Somente haverá 01 (um) Diretor Escolar por Unidade, independente da classificação de porte acima descrita.

§4º Para fazer jus à nomeação do Diretor Escolar, a Unidade deverá atender no mínimo a classificação estabelecida no inciso I deste artigo.

Art. 10º. Altera o art. 39 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39. O servidor nomeado para a função de Coordenador Pedagógico Escolar receberá, a título de gratificação de função, o percentual de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Professor 40 Horas.

§1º Caso o candidato nomeado para a função citada no caput deste artigo, seja ocupante do cargo efetivo de Agente Educacional Infantil, o mesmo receberá, o percentual sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Agente Educacional Infantil.

Art. 11. Altera o art. 40 da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. O servidor nomeado para a função de Assessor Pedagógico Escolar receberá, a título de gratificação de função, o percentual de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Professor 40 Horas.

§1º Caso o candidato nomeado para a função citada no caput deste artigo, seja ocupante do cargo efetivo de Agente Educacional Infantil, o mesmo receberá o percentual sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de Agente Educacional Infantil.

Art. 12. Cria os artigos 41, 42 e 43 à Lei Municipal nº. 2.357/2022, os quais vigorarão com a seguinte redação:

Art. 41. O Servidor nomeado para a função de Secretário Escolar receberá, a título de gratificação de função, o percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração da Classe D, Nível I da Tabela Salarial de seu respectivo cargo efetivo.

Art. 42. O quantitativo de cargos para as funções de Coordenador Pedagógico Escolar, Assessor Pedagógico Escolar e Secretário Escolar será estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação de acordo com o número de alunos por Unidade Escolar, com referência no Censo Escolar do ano anterior, de acordo com as tabelas dos Anexos I desta lei.

Art. 43. O Poder Executivo estabelecerá normas complementares, visando garantir os princípios da gestão pedagógica, administrativa e financeira.

Art. 13. Altera a numeração do artigo 40 do TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar com a numeração:

TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 44. A nomeação da equipe gestora das unidades escolares, e a gratificação pela função permanecerá com as regras da Lei Municipal 1.146/2006, e dos Decretos Municipais nº 119/2016, 120/2016, 174/2018 e 207/2018 até finalização das 3 (três) etapas do processo de certificação previsto no Título V da Lei Municipal 2.357, de 08 de setembro de 2022.

Art. 14. Altera o Anexo I e revoga o Anexo II da Lei Municipal nº. 2.357/2022, o qual passa a vigorar conforme o Anexo I da presente Lei:

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis - MT, 09 de maio de 2023.

RAFAEL MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpre-se.

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

Nº DE ALUNOS	Coordenador Pedagógico escolar	Assessor Pedagógico Escolar	Secretário Escolar
ATÉ 100 ALUNOS	0	0	1
DE 101 A 300 ALUNOS	1	1	1
DE 301 A 600 ALUNOS	1	2	1
601 A 900 ALUNOS	2	3	1
ACIMA DE 900 ALUNOS	3	3	1